

## **Condições de trabalho e saúde de professores universitários: um olhar para os docentes da área de jornalismo<sup>1</sup>**

Cristiane Oliveira REIMBERG<sup>2</sup>  
Fundacentro, São Paulo, SP

### **RESUMO**

Este artigo pretende refletir sobre as condições de trabalho e saúde do professor universitário, relacionando-as com o ensino de jornalismo. Para tanto, realizou-se um levantamento de estudos para traçar um panorama da organização do trabalho entre os docentes e dos impactos que causa na saúde deles. Também se fez um levantamento sobre a discussão relacionada à docência em jornalismo a partir de trabalhos apresentados nos GPs da Divisão Temática Jornalismo do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação e de artigo sobre trabalho do docente e currículo no 19º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, realizados em 2020.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho; saúde; professores universitários; jornalismo.

### **Introdução**

Estudos na área da comunicação têm discutido as condições de trabalho do jornalista (LELO, 2019; FIGARO, NONATO, GROHMANN, 2013; MICK, LIMA, 2013; RIBEIRO, 2001) e feito relações com a saúde (REIMBERG, 2015; HELOANI, 2003, 2006). Percebe-se um cenário de precarização do trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas, exigências de polivalência e atuação em múltiplas plataformas, jornadas de trabalho excessivas, impactos na saúde mental e física dos profissionais, inclusive com relatos de assédio moral. Há reflexos no fazer jornalístico e, muitas vezes, incompatibilidade com o ideal do ser jornalista com as práticas vivenciadas no cotidiano laboral. Por outro lado, há muito envolvimento com o trabalho.

A mística em torno da profissão alimenta um discurso de adesão e dedicação, que serve, na verdade, aos interesses do capital: extrair mais produtividade, maximizar a produção. A isso se acrescenta o discurso atual pós-fordista de flexibilização do trabalho e das relações trabalhistas. A subjetividade do trabalhador jornalista também é subtraída. (REIMBERG, 2015, p. 351)

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, analista em ciência e tecnologia da Fundacentro, e-mail: [cristiane.reimberg@fundacentro.gov.br](mailto:cristiane.reimberg@fundacentro.gov.br).

Considerando essa trajetória percorrida, neste artigo, pretende-se olhar para as condições de trabalho e saúde dos professores universitários que atuam na área de jornalismo. A organização do trabalho na educação superior também sofreu mudanças oriundas do neoliberalismo, que impactaram nas formas de trabalhar e na saúde dos docentes. Assim como jornalistas, esses profissionais têm muito envolvimento com a profissão, contribuindo para a naturalização das longas jornadas, da precarização do trabalho e dos reflexos na saúde.

No caso dos docentes da área de jornalismo, há esse duplo envolvimento, que vem da docência e da identidade e sentido de ser jornalista, profissão que, nesse imaginário, contribui para a democracia e direito à informação. Para refletir sobre esses processos, busca-se olhar para as condições de trabalho e saúde do professor universitário, relacionando-as com o ensino de jornalismo.

Assim se apresenta um breve levantamento de estudos para traçar um panorama da organização do trabalho entre os docentes e dos impactos que causa na saúde deles, relacionando com os achados nas pesquisas voltadas para os jornalistas. Também se fez um levantamento sobre a discussão relacionada à docência em jornalismo a partir de trabalhos apresentados nos GPs da Divisão Temática Jornalismo do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação e de artigo sobre trabalho do docente e currículo no 19º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, realizados em 2020.

### **Condições de trabalho e saúde dos docentes universitários**

Os estudos sobre condições de trabalho e saúde de professores universitários mostram como as atividades laborais desses profissionais se prolongam além da jornada de trabalho nas universidades. Com exigências de múltiplas tarefas, precisam constantemente levar trabalho para casa, com o comprometimento das horas de lazer e descanso. São mudanças na organização do trabalho com reflexos na saúde desse trabalhador.

Maués (2010) analisa as transformações que as reformas do Estado geraram na educação superior e como refletem em mudanças no trabalho do professor. Essas modificações passam a se concretizar, principalmente, a partir do final da década de 1990. “As recomendações emanadas de organismos internacionais (BM, 1994, OCDE, 2008)

---

têm apontado para a adaptação dos sistemas educacionais, sobretudo os de nível superior, às exigências do mercado, colocando as universidades a serviço das empresas”. Com a crise do capitalismo dos anos 1980, propõe-se “um Estado mínimo no tocante às intervenções no mercado e máximo nas relações comerciais no plano internacional”. (Ibid., p.142-143)

Uma das ações citadas pelo autor é o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que também tem seus impactos relatados em outros estudos. Souza et al. (2020) apresentam os resultados de “oficinas em saúde do trabalhador” realizadas em uma universidade pública do Rio de Janeiro. Nos debates, os docentes apontaram que não houve o financiamento necessário ao estabelecer o crescimento numérico das universidades no Brasil e a abertura de novas vagas para alunos, não foram criadas vagas para os professores em números compatíveis, ocorreram cortes de verbas e consequente abandono da infraestrutura física.

Para Maués (2010, p.152), há uma nova configuração da universidade, da qual emana uma nova cultura acadêmica, com a prática de um capitalismo acadêmico. “A nova regulação que inclui formas de financiamento, de gestão e de avaliação dessa instituição tem repercutido no trabalho docente”. Assim, “a flexibilização, a precarização, a intensificação, o sofrimento, o adoecimento são expressões hoje que permeiam a vida do trabalhador docente”. Ele aponta que “o setor da educação não ficou imune a esse processo caracterizado como o esgotamento do modelo taylorista-fordista-keynesiano”:

O estado neoliberal “enxugou” a máquina administrativa e com a ênfase dada à gestão, à descentralização e à avaliação passou a exigir do trabalhador docente outro perfil, aquele que deveria se coadunar também com as mudanças que a própria instituição Universidade vinha sofrendo.

A precarização do trabalho na Universidade vem aumentando. Os contratos temporários, o número significativo de substitutos tem contribuído para a intensificação do trabalho docente, exigindo desse a mais valia absoluta e relativa, acirrando a competitividade e estimulando o aparecimento de ilhas de excelência. (Ibid.)

Outro apontamento do autor é a vigência da lógica do empreendedorismo, em que o professor precisa buscar financiamento para pesquisas e para “manter” os departamentos, as pró-reitorias e a Universidade, além de se submeter a avaliações como a do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para não serem desligados por falta de produção. Ele fala em “servidão voluntária” já que há uma autointensificação do

---

trabalho provocada por um processo de avaliação comparativo. As colocações mostram que há um cenário que fomenta a competitividade entre os pares.

Maués (2010, p.153-156) destaca a imersão do docente de universidades numa “cultura da produtividade”, em que o professor precisa dar conta de “textos, livros, orientações concluídas, participação em eventos com apresentação de trabalho, organização de eventos, emissão de pareceres para as agências de fomento e Revistas”, além de participação em Banca de Defesa e de Concurso e das disciplinas ministradas na Graduação e na Pós-Graduação.

Nesse cenário, emerge o “sofrimento nos sujeitos envolvidos que se sentem pressionados de forma objetiva e subjetiva para aderirem a esse modelo de Universidade mercantilizada”. A sobrecarga de trabalho faz que o trabalhador ultrapasse as horas contratadas, o que pode gerar desgaste físico e emocional.

O impacto na saúde mental do professor universitário foi demonstrado por Batista et al. (2016). Essa pesquisa identificou os transtornos mentais que mais provocaram afastamento de docentes em uma instituição de ensino superior do município de João Pessoa/PB a partir de 254 fichas de docentes atendidos no serviço de perícia médica, que tiveram esse diagnóstico, de um total de 476 registros analisados.

Os transtornos psíquicos que mais causaram afastamentos de docentes foram: depressão em 52% (132 casos), esquizofrenia em 11,8% (30 casos), transtorno bipolar em 10,2% (26 casos), reação aguda ao estresse em 8,7% (22 casos) e ansiedade em 6,3% (16 casos). Os autores destacam que o esforço para ser um bom professor pode trazer desgastes psicológicos, físicos e emocionais, o que pode causar estresse, depressão e sentimentos de insatisfação profissional.

Nas universidades públicas, percebem um estado crônico de dificuldades para se gerenciar os processos de trabalho e a intensificação da precarização das condições de trabalho. Também destacam as exigências de qualificação, cobranças de produtividade, multiplicação de tarefas, ampliação das atividades de pesquisa e orientação, dificuldade para captação de recursos para pesquisa, contradições entre a formação e as demandas do sistema universitário.

Nesse cenário, os episódios depressivos se relacionam a “uma perda importante ou a uma sucessão de frustrações verificadas no contexto”. A falta de apoio social e a ausência de alternativas concretas para superar o ocorrido aumentam a possibilidade de ocorrência. Apesar da Síndrome de *Burnout* (esgotamento profissional) não ter sido diagnosticada

nas fichas, os autores destacam que se trata de uma doença que acomete a categoria docente de forma geral e que havia desconhecimento da Perícia Médica sobre esse adoecimento. Assim consideram que pode existir uma “relação entre alguns casos de depressão entre os professores da instituição estudada e a Síndrome de *Burnout*, uma vez que a depressão pode se desenvolver a partir dessa síndrome”.

A repercussão dos riscos ocupacionais psicossociais (ROP) na saúde de docentes do ensino superior é retratada por Caran et al. (2011) a partir de dados coletados com 54 docentes em 2006 numa universidade pública paulista. Considerando que esses riscos são constituídos por um conjunto de fatores que alteram o bem-estar emocional dos trabalhadores, constatou-se que 51 (94,4%) docentes admitiram a presença de ROP no trabalho, dos quais 19 sujeitos (35%) destacaram a carga mental intensa, 12 (22,1%) a sobrecarga de trabalho, 7 (13%) o excesso de responsabilidades e 5 (9,2%) os problemas nas relações interpessoais.

Mais uma vez o contexto organizacional foi considerado, destacando-se a exigência de um professor com formação de um profissional flexível e polivalente. No estudo, foram apontados descritores como mau planejamento das atividades, cobranças, responsabilidade, desgaste físico, mental e social, ruídos, desrespeito, desvalorização, desestímulo, fadiga, dificuldade de concentração e labirintite, competição, demanda de diversas ordens, atividades e informações excessivas que geram cansaço físico e emocional, divergências de opiniões, exigências de tempo e tarefas complexas.

Dos entrevistados, 47 (87%) consideraram que os riscos ocupacionais psicossociais afetavam a sua saúde: estresse em 21 sujeitos (38,9%), ansiedade em 9 (16,7%), 6 (11,1%) insônia e dificuldades do sono e 5 (9,2%) cefaleia. O relato de estresse foi associado às seguintes manifestações: “depressão, ansiedade, mau humor, insônia, fadiga, irritabilidade, alteração da glicose, cefaleia, dispneia, desânimo, desconfiança, cansaço físico e mental, alterações da pressão e taquicardia”.

Já os que destacaram a ansiedade a associaram à “desmotivação, gastrite, irritabilidade, estresse, insônia, pouca tolerância, nervosismo, cefaleia, tristeza, desânimo, angústia, falta de criatividade, insatisfação, cansaço, indisposição” e insegurança. Ainda apontaram falta de concentração, alterações da memória e hábitos alimentares, pressão, isolamento, diarreia, resfriados frequentes, taquicardia e dor de estômago.

Outro estudo enfoca especificamente “a prevalência e os fatores associados à qualidade do sono ruim entre docentes de educação superior de uma universidade pública

na Bahia (FREITAS et al, 2021). De um total de 931 docentes, 423 participaram da pesquisa e 408 respostas foram validadas sobre a qualidade do sono. A dificuldade para adormecer foi manifestada por 60,4%, o acordar cansado por 59,3% e o acordar com dor de cabeça por 82%.

Na análise de associação entre a qualidade do sono segundo as variáveis de interesse avaliadas simultaneamente na análise de regressão logística múltipla (ARLM), mantiveram-se significativamente associadas à qualidade do sono ruim as variáveis: tempo irregular e/ou insuficiente para a prática de atividades de lazer, horas de sono menor ou igual a seis horas, dor musculoesquelética, dor de cabeça e a experiência de trabalho de alta exigência (altas demandas conjugada a baixo controle no trabalho). (Ibid, p.5).

Freitas et al. (2021) ainda apontam que possuir mais de um vínculo empregatício associou-se a maior prevalência de qualidade do sono ruim. A comparação com outros estudos mostrou a impossibilidade de atender, na carga horária semanal de trabalho docente, todas as demandas do trabalho. O excesso de trabalho e a extensão da carga horária interferem no sono, que se for “inferior às necessidades humanas, favorece a ocorrência de problemas que afetam o desempenho cognitivo, geram sofrimento psíquico e alteram o ritmo biológico, promovendo sérios agravos para a saúde biopsicossocial”. Houve queixas frequentes de dor de cabeça e de dor musculoesquelética entre docentes universitários.

Souza et al. (2017) apresentam um inventário na literatura do “estado da questão” restrito à temática “trabalho docente universitário e saúde”, que analisou 35 artigos por meio de análise temática. Chegou-se a quatro categorias: “precarização do trabalho docente; a intensificação laboral e a sobrecarga do tempo de trabalho; aspectos da organização do trabalho docente em universidade;” e “dados sobre a saúde dos docentes universitários”. Os achados foram parecidos com os relatados nos outros trabalhos.

Dos estudos analisados, as autoras destacam que docentes vinculados à graduação se queixam mais do elevado número de aulas e superlotação das salas, já os “professores ligados à pós-graduação enfatizam a exigência do aumento da produção científica, mormente da cobrança de publicação de artigos”. Em relação a queixas de saúde, destacam dores no corpo, principalmente lombalgia, “associadas a longos períodos de atividades de trabalho em pé e ao intenso clima de tensão vivenciado no ambiente laboral”. A falta de pausa e descanso, com a invasão do fim de semana pelo trabalho, também foi apontada. Pesquisa realizada junto a professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul também mostram queixas relacionadas à saúde mental, com

---

prevalência dos seguintes sintomas: cansaço mental, estresse, ansiedade, esquecimento, frustração, nervosismo, angústia, insônia e depressão.

Souza et al. (2020) também destacam a ocorrência de desgaste físico e emocional entre professores, com “significativas referências a transtornos relacionados ao estresse, como é o caso das depressões, ansiedade, fobias, distúrbios psicossomáticos e a síndrome de Burnout”. Nas “Oficinas em Saúde do Trabalhador”, com a participação de 8 docentes, os debates foram marcados pela discussão da precarização da infraestrutura universitária e as condições de trabalho docente; relações coletivas e conflitos; sentidos e ambivalência do trabalho docente; queixas de saúde; intensificação do trabalho e jornada laboral.

As falas também remeteram a dialética entre sofrimento e prazer no trabalho. A satisfação estava ligada à relação com os alunos e à prática de pesquisa, com a possibilidade de um trabalho emancipador. Já o lado opressor do trabalho estava ligado ao sofrimento. Houve relato sobre ingestão de medicamentos e o uso de expressões como “frustração”, “estresse”, “variação de humor”, “tristeza” e “medo”. O sentimento de culpa (sentirem-se em dívida com o trabalho) e a percepção do contexto adoecedor do trabalho, com variadas queixas de saúde, também estiveram presentes, assim como as horas excedentes de trabalho após a jornada formal e da frustração por não conseguirem dar conta de todas as tarefas do trabalho, que leva a distúrbios do sono. Por fim, os professores percebem que “as saídas para melhoria das condições de trabalho devem ser coletivas e não individuais”.

As “Oficinas em Saúde do Trabalhador” também foram relatadas a partir de outro recorte por Rodrigues et al. (2020), voltado para analisar aspectos da temporalidade do trabalho docente em sua relação com a saúde. Nesse caso, o grupo era composta por 10 docentes. Em relação à saúde, destacaram-se sentimentos de frustração, cobrança, culpa e depressão diante de condições não ideais para se trabalhar. Além das questões de saúde mental, os professores falaram sobre saúde vocal e o esforço no uso da voz na sala de aula.

Os outros relatos corroboram as questões levantadas anteriormente, como “o número de horas semanais previstas em lei e o fazem durante o horário noturno, deixando de lado a família e o descanso necessário”, privação do sono, a relação ambivalente entre trabalho docente e defesa da saúde, quando por meio de “atitudes que geram prazer, o docente procura equilíbrio com as situações que geram sofrimento em sua rotina de trabalho”. Os

fatores de prazer seriam, por exemplo, os alunos comprometidos e a boa relação e a união entre os docentes.

Assim, parece acertado afirmar a importância de se gerar mudanças em caráter coletivo, por meio da resistência, de modo a se produzir políticas e intervenções institucionais nas universidades de caráter participativo, o que inclui o apoio da organização sindical docente. Nessa perspectiva, lutar contra o tempo invasivo do trabalho implica lutar contra a dominação e o controle da vida, resgatando o verdadeiro sentido do trabalho docente que deveria significar autonomia, criação, liberdade e emancipação humana e social. (RODRIGUES et al., 2020, p. 1836)

### **Reflexões sobre os professores da área de jornalismo**

Os aspectos de trabalho e saúde na docência no ensino superior podem ser considerados também como parte da realidade dos professores da área de jornalismo, já que eles estão inseridos nesse mesmo sistema e sofrem os impactos dessa organização do trabalho. Algumas dessas pesquisas entrevistaram, inclusive, professores de diversas áreas.

Os estudos, mais focados em universidades públicas, trazem aspectos que também podem ser considerados para os docentes de universidades e faculdades privadas. No entanto, é possível inferir que os aspectos mercadológicos pesam ainda mais no ensino superior particular, assim como a precariedade do trabalho, mais alunos por sala, mas aulas para dar, menor remuneração, sem deixar de ter as exigências de produtividade, que passaram a fazer parte da cultura docente, muitas vezes naturalizada, ainda que traga custos à saúde.

A questão do envolvimento profissional, no caso dos professores de jornalismo, parece abarcar, além das características relacionadas à docência, aquelas relacionadas ao ser jornalista. Reimberg (2015, p.351-356) aponta, através das entrevistas com jornalistas de diferentes gerações, um envolvimento com a profissão, em que eles se reconhecem como apaixonados pelo jornalismo, fazendo de seu trabalho sua própria vida na maioria das vezes. Uma identificação importante para dar sentido ao trabalho, mas que acaba naturalizando jornadas excessivas e precarizações. Os jornalistas “acreditam no jornalismo e no seu papel democrático, que pode contribuir para a disseminação de direitos e até para a transformação da realidade”. Pelas discussões acompanhadas desde 2012 nos congressos voltados para a comunicação, especialmente os nacionais realizados pela Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), esse sentido também faz parte do universo dos docentes na área de jornalismo.

---

Para fazer uma primeira análise da discussão sobre trabalho e saúde dos docentes da área de jornalismo, observamos os temas apresentados, a partir dos títulos dos trabalhos, nos GPs da Divisão Temática Jornalismo do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação e do 19º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, realizados em 2020. Não encontramos artigos que abordassem essa relação.

No 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, foram encontrados cinco artigos que mostram discutir questões ligadas ao ensino de jornalismo. No GP Teorias do Jornalismo, o artigo “O Ensino Das Teorias Do Jornalismo A Partir De Uma Atividade Sobre Gatekeeper” (ANDRÉ, 2020) apresentou experiência realizada com 150 estudantes entre 2015 e 2019, sobre “atividade inspirada no estudo sobre Gatekeeper realizado por White (1993), em 1950, e que serviu como estratégia de ensino-aprendizagem para discorrer sobre outras teorias do jornalismo”. No GP Gêneros Jornalísticos, o artigo “Revista Vozes: reflexão sobre a prática jornalística para o ensino do gênero interpretativo” (PEREIRA e CORTE, 2020) trouxe o relato da prática pedagógica desenvolvida para a construção pelos alunos da citada revista.

Outros três trabalhos foram apresentados no GP Telejornalismo: “Telejornalismo Educativo remoto durante a pandemia: um estudo de caso em 2020” (SANTOS e NETO, 2020), um “estudo de caso da rotina produtiva e o conteúdo da TV Caatinga, *webtv* da Universidade Federal do Vale do São Francisco, durante a pandemia”; “Jornalismo Audiovisual em tempos de pandemia: como o TJ UFRJ sobreviveu ao isolamento social” (PREVEDELLO, 2020) sobre a reorganização das rotinas produtivas do projeto de extensão TJ UFRJ, da Escola de Comunicação da UFRJ, com a suspensão das atividades presenciais na universidade; “TELEJORNALISMO LABORATORIAL: a práxis diante do desafio da pandemia e o isolamento social no ESPM no Ar” (VARGAS e OLEGÁRIO, 2020), que “relata a experiência de produção laboratorial do telejornalismo produzido na ESPM-SP, durante o período da pandemia do coronavírus, que reuniu as produções dos cursos de Jornalismo de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro em um programa ao vivo”.

Nos GPs História do Jornalismo e Jornalismo Impresso não houve trabalhos apresentados em 2020 que discutissem questões ligadas ao ensino.

No 19º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, realizado em 2020, é mais comum encontrar trabalhos que discutam ensino, mas também não houve artigos centrados no trabalho e saúde dos docentes. Um texto se aproximou desta perspectiva: “O

---

trabalho docente na perspectiva das novas diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo (Mota, 2020), que analisa “as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo de 2013, documento mais atual que normatiza o ensino na área, percebem o papel do docente, a formação e as condições de desenvolvimento do seu trabalho”.

Mota (2020) fala sobre a mercantilização do ensino e o distanciamento entre a prática formativa e a ética, a importância da formação dos professores, a trajetória do ensino de jornalismo no Brasil, o papel reflexivo das universidades, questões metodológicas, o processo de ensino-aprendizagem. Em relação ao currículo, conclui:

ao analisar o documento que é hoje o principal referencial para a construção dos projetos pedagógicos dos cursos de jornalismo no Brasil, é possível inferir que os trechos destacados tratam de ações notadamente realizadas por professores, seja em sala de aula ou em atividades de administração acadêmica, contudo não há uma preocupação clara e explícita sobre a pessoa do professor, sua formação ou a qualidade do trabalho docente. (Ibid., p.18)

### **Considerações finais**

Este primeiro olhar para o docente da área de jornalismo mostra que há um espaço a ser explorado: refletir sobre a saúde e o trabalho desses profissionais, a partir das particularidades da área. Por exemplo, há professores que vivenciam tanto o trabalho da docência quanto o do jornalismo. Mesmo os que não exercem essa atividade continuam trazendo valores do ser jornalista, que alimentam o sentido da profissão.

Ao mesmo tempo, os professores vivenciam as características gerais da docência do ensino superior, com exigências de produtividade, sobrecarga e precarização do trabalho. A invasão da vida pelo trabalho faz parte da realidade desses docentes, que podem ter impactos sobre sua saúde física e mental. Há todo um universo de pesquisa a ser explorado.

### **Referências bibliográficas**

ANDRÉ, H. O Ensino Das Teorias Do Jornalismo A Partir De Uma Atividade Sobre Gatekeeper. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0140-1.pdf>. Acesso em: 10 ago 2021.

BATISTA, J.B.V., CARLOTTO, M.S., Oliveira, M.N. et al. Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. **Revista de Pesquisa Cuidado é fundamental online**, abr./jun, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i2.4538-4548>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CARAN, V.C.S., FREITAS, F.C.T., ALVES, L.A. et al. Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, abr/jun, 2011.

FIGARO, R. (org.), NONATO, C., GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Salta, 2013.

FREITAS, Aline Macedo Carvalho et al. Qualidade do sono e fatores associados entre docentes de educação superior. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** [online], São Paulo, v. 46, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000018919>>. Acesso em: 10 ago 2021.

HELOANI, J.R. **Mudanças no Mundo do Trabalho e Impacto na Qualidade de Vida do Jornalista**. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, NPP – Série Relatórios de Pesquisa – Relatório nº 12/2003.

\_\_\_\_\_. O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. **Interações**, vol. XII, n.65, julho/dez 2006, pp. 171-178. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35402208> Acesso em: 6 abril 2011.

LELO, T. V. **Reestruturas produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. Campinas: Unicamp – Tese (Doutorado), 2019.

MAUÉS, Olgaíses. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educar em Revista** [online], n. spe\_1, p. 141-160, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000400007>. Acesso em: 10 ago 2021.

MICK, J. (Coord.), LIMA, S. **Perfil do Jornalista Brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MOTA, F.M.M. O trabalho docente na perspectiva das novas diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo. In: 19º ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO, XIX., 2020, São Paulo. Anais... São Paulo: ABEJ, 2020. Disponível em: <<http://soac.abejor.org.br/?conference=19enpj&schedConf=encontrodeprofessores&page=paper&op=viewFile&path%5B%5D=372&path%5B%5D=221>>. Acesso em: 10 ago 2021.

PEREIRA, C.J., KORTE, M.C. Revista Vozes: reflexão sobre a prática jornalística para o ensino do gênero interpretativo. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em:

---

<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0799-1.pdf>. Acesso em: 10 ago 2021.

PREVEDELLO, C.F. Jornalismo Audiovisual em tempos de pandemia: como o TJ UFRJ sobreviveu ao isolamento social. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0468-1.pdf>. Acesso em: 10 ago 2021.

REIMBERG, C. O. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho.** São Paulo: ECA/USP - Tese (Doutorado), 2015.

RIBEIRO, J. C. **Sempre Alerta** - Condições e Contradições do Trabalho Jornalístico. São Paulo: Editora Brasiliense e Olho D'água, 2001.

RODRIGUES, Andréa Maria dos Santos et al. A temporalidade social do trabalho docente em universidade pública e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 25, n. 5, p. 1829-1838, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33222019>>. Acesso em: 10 ago 2021.

SANTOS, F.M.R., NETO, E.M.F.L. Telejornalismo Educativo remoto durante a pandemia: um estudo de caso em 2020. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0086-1.pdf>. Acesso em: 10 ago 2021.

SOUZA, Kátia Reis de et al. Oficinas em saúde do trabalhador: ação educativa e produção dialógica de conhecimento sobre trabalho docente em universidade pública. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** [online], São Paulo, v. 45, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000015818>>. Acesso em: 10 ago 2021.

SOUZA, Katia Reis et al. A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 22, n. 11, p. 3667-3676, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.01192016>>. Acesso em: 10 ago 2021.

VARGAS, H, OLEGÁRIO, L. TELEJORNALISMO LABORATORIAL: a práxis diante do desafio da pandemia e o isolamento social no ESPM no Ar. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0838-1.pdf>. Acesso em: 10 ago 2021.